

SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: QUANDO A SOCIEDADE COMEÇARÁ A SE PREOCUPAR COM UM FUTURO SUSTENTÁVEL?

Manuela Gazzoni dos Passos¹

Geisa Percio do Prado²

Murilo Caio Cason

Aline Cristina Bortoncello

RESUMO: A Educação Ambiental tornou-se uma das áreas da Sociologia Ambiental e tem contribuído de maneira significativa nos estudos de modo a propor novas formas para que se possam estabelecer relações sustentáveis com o meio ambiente. Em todo o planeta, é possível observar que o homem está causando a degradação dos recursos necessários para a sobrevivência da espécie. Para tanto, é ele quem deverá rever conceitos para que a situação seja revertida. A busca por alternativas de desenvolvimento, mudanças sociais e mudanças ambientais são essenciais para o estabelecimento do chamado Desenvolvimento Sustentável, que visa a interação concreta entre homem e meio ambiente, suprindo, desta forma, as necessidades da população atual sem comprometer as futuras gerações.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Paradigmas; Desenvolvimento Sustentável.

¹ E-mail: biologamanu@gmail.com.

² E-mail: biologageisa@gmail.com.

Revbea, Rio Grande, V. 8, N^o 1:100-113, 2013.

INTRODUÇÃO

A evolução dos meios e o desenvolvimento dos processos são constantes na vida em sociedade. Por isso, é de fundamental importância a busca por um modelo de desenvolvimento melhor, pois sabe-se que estes se realizam basicamente às custas dos recursos naturais provocando, assim, a deterioração do Meio Ambiente.

As ações de Educação Ambiental e de comunicação podem ser complementadas por ações de intervenção direta na dimensão organizativa e econômica nas comunidades. Com isso, ocorrerá o desenvolvimento econômico sustentável (LOUREIRO *et al.*, 2010). Todos têm direito à Educação Ambiental e, por isso, devem ser definidas políticas públicas para promover a mesma em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e na melhoria do Meio Ambiente (PNEA, 1999 *apud* RODRIGUES; GUIMARÃES, 2010).

Destarte, segundo Reigota (1994 *apud* SULAIMAN; TRISTÃO, 2009), o desafio é formular uma Educação Ambiental que seja crítica e inovadora, entendida como educação política, no sentido de que ela foca a preparação dos cidadãos para exigir e reivindicar a justiça social, autogestão e ética nas relações sociais e também com a natureza, uma educação para a cidadania ambiental ou eco-cidadania.

Existe uma ambivalência inerente na existência humana. Por um lado, o ser humano visto como um fio na trama da vida da grande biosfera, e, por outro, o ser humano como inventor de ambientes excêntricos e socialmente distintos. Esta ambivalência conduz a uma relação dualizada entre a Sociologia e a Biologia.

O presente artigo procura discutir as concepções existentes, fazendo uma abordagem sobre as mudanças ocorridas nos últimos tempos, trazendo o histórico da Sociologia Ambiental e a preocupação com a Educação Ambiental, bem como, refletir sobre mudanças paradigmáticas no contexto sustentável, tarefa essa que exige interpretação de interferências econômicas, políticas, sociais e culturais nos processos vivenciados pela sociedade, que tem buscado a todo custo um desenvolvimento sustentável pautado na efetivação de ações que visem à proteção e ao uso moderado dos recursos existentes no planeta.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SOCIOLOGIA AMBIENTAL

A preocupação com o meio ambiente já tem sido constante há muito tempo e, cada vez mais, uma vertente da sociedade busca soluções para encaixar a educação ambiental na cultura popular.

Registros contam que na dinastia Chow (1122AC - 255AC) havia uma recomendação imperial para a conservação de florestas. Em outras dinastias, que sucederam a de Chow, houve outros fatos de destaque como o reflorestamento de

Revbea, Rio Grande, V. 8, Nº 1:100-113, 2013.

áreas desmatadas e a criação de estações experimentais. Em outros povos da antiguidade encontramos, igualmente, referências à proteção ambiental. No século IV aC, na Grécia, Platão lembrava o papel preponderante das florestas como reguladores do ciclo da água e defensoras dos solos contra a erosão. Em Roma, Cícero considerava inimigos do Estado os que abatiam as florestas da Macedônia. Nessas civilizações havia leis de proteção à natureza. A famosa Lei das XII Tábuas (450 aC), por exemplo, já continha disposições para prevenir a devastação das florestas (FREITAS FILHO, 2009).

Diante deste contexto percebe-se que a Educação Ambiental já tinha outrora grande visibilidade e demorou pra ser encarada como prática pedagógica realmente importante num âmbito sócio-cultural-econômico.

Somente na segunda metade da década de 1970, conforme Layrargues (2002, p.2), se demarcou o período de constituição da Sociologia Ambiental como uma nova ramificação da sociologia que trata especificamente das mútuas relações estabelecidas entre as sociedades humanas e seu ambiente natural, frente à eclosão da crise ambiental.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a sociologia foi surpreendida pela emergência da crise ambiental e reagiu tardiamente. Também é verídico que, desde o início da sua constituição, houve uma preocupação entre seus fundadores em sistematizar seu campo teórico-conceitual e em delimitar a amplitude do espectro de sua abrangência temática.

[...] a educação ambiental se tornou um fenômeno social que passou incólume e desapercibido a ponto de ter sido sistematicamente ignorado por quase vinte anos de existência da sociologia ambiental. Abandonada à sua própria sorte, a ausência de uma reflexão sociológica sobre a educação ambiental tem se configurado como um severo fator limitador de seu refinamento conceitual, caracterizando assim, um triste empobrecimento teórico dessa prática educativa (2002, p.2-3).

Na concepção de Hannigan (1995), a preocupação ambiental é invariável, flutuando ao longo do tempo, aumentando e diminuindo em proeminência. Além disso, a questão ambiental não se materializa por si só. Deve ser construída pelos indivíduos ou organizações que percebem ou definem seu estado como preocupante e que procuram fazer algo para resolver o problema.

Layrargues (2002, p. 3), diz que:

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:100-113, 2013.

Desde a metade dos anos 60 já se ouve falar da educação ambiental como a contribuição da Educação face à crise ambiental. Precisamente em março de 1965, a conferência em Educação realizada na Universidade de Keele na Grã-Bretanha, pronuncia-se pela primeira vez com o termo 'educação ambiental'. Inaugura-se aqui uma trajetória de crescente interesse entre aqueles preocupados com a conversão de comportamentos e valores sociais anti-sustentabilistas para sustentabilistas. E apenas onze anos depois foi criada a primeira organização social reunindo educadores ambientais, The International Society for Environmental Education, com sede em Ohio, EUA.

Ferreira (2006, p.15), corrobora dizendo que “tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas um modismo passageiro, nem uma dramatização de militantes ou cientistas radicais”.

Ainda antes do período da constituição formal da sociologia ambiental em meados da década de 1970, tendo em vista a alta expectativa depositada na educação como a solução de problemas dessa envergadura, a Educação Ambiental já era um fenômeno social de significativa preocupação internacional, aglutinada pelas Nações Unidas na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), entre aqueles que buscavam meios para enfrentar a crise ambiental pela educação. Assim, as bases da Educação Ambiental foram lançadas e amplamente divulgadas, foram diversas as conferências que trataram do tema, assim como seminários regionais que não só capitalizaram os princípios da Educação Ambiental, como também estabeleceram as peculiaridades locais ou regionais que afetariam a dinâmica dessa prática, conforme o pensamento de Layrargues (2002).

Caberia à Sociologia Ambiental, embora não exclusivamente, seguindo os ensinamentos de Lima e Portilho (2001), a tarefa de divulgação e conscientização pública e política sobre a dimensão ambiental de inúmeros problemas sociais que não são concebidos como tal. Exemplos desse fato são os diversos problemas relativos à saúde pública, aos padrões de produção e consumo, ao saneamento, à degradação urbana, ao abastecimento de água, aos acidentes de trabalho e de trânsito e à geração de riscos tecnológicos entre tantos outros que não são diretamente percebidos como produtos da crise ambiental. Esses problemas são geralmente tratados de forma fragmentada, quando poderiam ser politicamente abordados como componentes de uma demanda ambiental mais ampla, que se expressa como uma reivindicação pela ampliação da cidadania e pela melhoria da qualidade de vida coletiva.

Infelizmente a sociologia ambiental ficou distante de conseguir efetivar a Educação Ambiental de forma ampla, não a colocando como fenômeno social, ficando à margem das reflexões sociológicas.

É de difícil compreensão que a educação ambiental tenha sido um tema historicamente ausente na sociologia ambiental. Fato esse de grande curiosidade, se for considerado que a sociologia da educação constitui-se numa das vertentes sociológicas de maior peso histórico e densidade teórica desde os primórdios da sociologia; que poderia, no decurso da formação de uma sociologia ambiental, ter fornecido um ponto de convergência a partir desse esquecido objeto de estudo, a educação ambiental (LAYRARGUES, 2002, p. 5-6).

Hannigam (1995) propõe duas explicações para o fato dos sociólogos deixarem a questão ambiental como elemento marginal de suas explicações e teorias. Uma delas refere-se à compreensão dos sociólogos quanto às limitações do determinismo geográfico e biológico para explicar o desenvolvimento e a mudança social. Durante o século XIX, tornou-se hegemônica a tese de que as sociedades humanas eram determinadas pelas forças naturais. Acreditava-se que a influência do meio geográfico era mais forte nas sociedades “primitivas” e que essa influência declinava à medida que as sociedades se aproximavam da modernidade.

Ainda conforme o autor, paralelamente, desenvolvia-se a explicação biológica para as mudanças sociais, através de conceitos popularizados pela teoria darwinista como os de “evolução”, “seleção natural” e “sobrevivência dos mais aptos”. A oposição à corrente geográfica e biológica enfatizava o processo cultural como influência-chave em todos os aspectos da sociedade humana. A compreensão das limitações dos determinismos geográfico e biológico e as críticas que a eles foram dirigidas provocaram certa aversão, entre os sociólogos, às considerações e explicações que utilizassem dados biológico-ambientais para compreender as mudanças sociais.

Ainda sob enfoque de Hannigam (1995), a segunda explicação refere-se ao próprio pensamento dos sociólogos que, em meados do século XX, enfatizavam a literatura sociológica da modernização ressaltando os benefícios da inovação tecnológica e do desenvolvimento econômico dentro da literatura sociológica da modernização, hegemônica durante duas décadas, de 1955 a 1975. A maioria dos sociólogos da modernidade ignorava o ambiente natural ou o via somente como algo a ser dominado. É claro que havia críticos ao paradigma pró-desenvolvimento, como os sociólogos marxistas; mas, assim como viam a religião, eles tendiam a ver a natureza também como um desvio das necessidades de lutas de classe. Mesmo quando os problemas ambientais eram evidentes, eles tendiam a focalizar mais a questão das relações de poder.

Da mesma forma, retomando a abordagem de Lima e Portilho (2001), a sociologia nasceu com a marca de um pensamento que tornou a sociedade independente da natureza e que esta concepção foi uma conquista da modernidade, já que a grande revolução no pensamento moderno consistiu na eliminação de qualquer influência de forças externas sobre a sociedade. Com a

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:100-113, 2013.

sociologia, os homens se tornavam, finalmente, responsáveis por seus atos e eram livres para construir sua sociedade, conservando antigo sentimento de serem os dominadores da natureza.

Na concepção de Catton e Dunlap (*apud* LIMA; PORTILHO, 2001), diante do desafio colocado pela emergência e reconhecimento social dos problemas ambientais, os primeiros sociólogos a se debruçarem sobre essa realidade se depararam com os limites de uma disciplina que, em seu processo de formação, tendeu a negligenciar a consideração da dimensão biofísica da realidade e seu potencial como fator explicativo dos processos sociais. Consequentemente, apresentava em seu arsenal teórico pouca produção, especificamente orientada para a compreensão dos fenômenos socioambientais. Pode-se compreender que, para os sociólogos clássicos, o problema ambiental não se colocava como questão, dada a abundância de recursos naturais na época e a insignificância relativa dos impactos ambientais destrutivos. Foram esses limites que levaram à necessidade de criar um novo campo de saber que suprisse os novos problemas. A Sociologia Ambiental foi, assim, definida como o estudo da interação entre a sociedade e o meio ambiente, envolvendo tanto os efeitos das sociedades sobre o ambiente quanto os efeitos do ambiente sobre as sociedades.

Seguindo o entendimento de Lima e Portilho (2001), é importante destacar que a Sociologia Ambiental trouxe o avanço do processo de institucionalização de um novo campo de pesquisas, ensino e debate sobre a temática ambiental em perspectiva sociológica.

Já para Cunha (2004), o campo da Sociologia Ambiental ainda está em pleno processo de constituição e consolidação, tendo em conta as cada vez maiores preocupações com um desenvolvimento sustentável das sociedades e os consequentes debates e opiniões divergentes que geram.

Ainda, segundo o mesmo autor (2004), a Sociologia Ambiental convoca para o seu campo de discussão uma diversidade de outras disciplinas, ocupações e profissões que lidam com questões de ambiente. Portanto, inevitavelmente, a sociologia do ambiente é altamente interdisciplinar, atravessa fronteiras não só com o campo convencional da sociologia, mas também com uma vasta gama de disciplinas das ciências sociais e comportamentais, assim como das ciências naturais e variadas ocupações e profissões, pois só a troca mútua de experiência e conhecimentos e a cooperação entre investigadores de diversas disciplinas permitirá uma maximização do conhecimento sobre as interações entre ambiente e sociedade.

Grambling e Freudenburg (*apud* LIMA; PORTILHO, 2001), avaliando o desempenho da sociologia ambiental, mencionam três pontos de desenvolvimento onde a disciplina foi bem sucedida. São eles:

- a) A superação de parte da resistência ao trato de variáveis ambientais em análises sociológicas “respeitáveis”;
- b) O impulso para que os sociólogos percebessem que os limites físicos e de recursos são reais e reais em consequências socialmente significantes, e não apenas como assunto que pode ser ignorado segundo nossa consciência;
- c) Uma ajuda para que os sociólogos e demais pessoas percebessem que existem conexões reais e inevitáveis entre a atividade humana, sobretudo atividade econômica, e a degradação ambiental.

Além disso, a disciplina já dispõe de alguns modelos teóricos férteis, adequações interessantes da teoria social para análises ambientais e significativa produção de pesquisa empírica. A possibilidade de articular a questão ambiental com temas sociológicos da atualidade como é o caso das análises da sociedade pós-industrial, do deslocamento do emprego para o setor de serviços, das modificações nos padrões de consumo de recursos naturais, dos novos sistemas de produção industrial, da questão energética, da escassez de recursos, da urbanização desordenada, do desenvolvimento sustentável, da questão demográfica, agrícola, biotecnológica, da engenharia genética, dos transportes, da sociologia da família como núcleo primário de consumo e educação, do complexo de produção/consumo, entre outras possibilidades (LIMA; PORTILHO, 2001).

As palavras de Freire (1993, p.62) enfatizam:

A educação ambiental, devidamente entendida, deveria constituir uma educação permanente, geral, que reage às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas ambientais do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos, qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos.

Segundo Loureiro *et al.* (2010), existe um conjunto de normas do Estado brasileiro que situam a exigibilidade da Educação Ambiental e que tornam indiscutível a validade de uma política institucional que garanta que as mesmas sejam respeitadas, mesmo que isso possa gerar conflitos de interesses entre os diversos atores envolvidos no processo. A boa apreensão dos instrumentos estatais, em diálogo com o sistema de gestão ambiental privado, possibilita a potencialização das ações e da execução de projetos que consigam alterar substantivamente a realidade, aprimorando a qualidade ambiental e promovendo a qualidade de vida com justiça social.

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:100-113, 2013.

A ação do homem sobre a natureza acabou trazendo muitas consequências para toda a humanidade, exigindo que a sociedade em geral repensasse sobre o tal problema. Esse repensar levou à instituição de uma Educação Ambiental, que, no entanto, ainda se efetiva, na maioria das vezes, de forma ineficiente em todo o sistema educacional, conforme referem Oliveira, Obara e Rodrigues (2007).

Por outro lado, para Jacobi (2003), nas suas diversas possibilidades, a Educação Ambiental abre espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária equivalente e ambientalmente sustentável.

É de suma importância entender que somente a educação pode mudar o relacionamento do homem com seu ambiente e, para isso, antigos paradigmas devem ser quebrados para dar lugar ao novo, a um pensamento sustentável.

MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS

Visto que a Educação Ambiental é um importante meio para se chegar ao objetivo comum de dinamizar a questão ambiental e caminhar para um futuro melhor com ações sustentáveis e efetivos meios para solucionar as questões verdes, faz-se necessário uma mudança de paradigmas onde a sociedade possa enxergar, de maneira clara, os riscos inerentes da destruição e o uso desenfreado dos recursos naturais.

Segundo Padua e Sá (2002), as crises socioambientais da modernidade, sendo agravadas pelo modelo neoliberal dominante, levaram à busca de caminhos que aumentem a proteção da natureza e que diminuam as iniquidades sociais. Estes processos dependem das mudanças paradigmáticas que reflitam valores éticos abrangentes e tenham na Educação Ambiental uma forte aliada ao incentivar a reflexão e também a participação.

Ao contrário das inquietações das décadas de 1970 e de 1980, conforme Brum *et al.* (2002), a atual atinge todas as áreas do conhecimento. Esta situação mostra uma nova tendência que é a de abrir um leque de questionamentos, principalmente sobre os que tangem as questões ambientais, sobre a relação do homem com a natureza e sua sintonia com a mesma.

Ainda segundo as palavras do mesmo autor (2002, p. 2)

No final do século XX, observa-se que a humanidade passa por uma série de transformações nos campos social, político, econômico, cultural e principalmente no campo científico-tecnológico, levando a importantes mudanças paradigmáticas em que, o homem passa a repensar o seu papel na sociedade

Revbea, Rio Grande, V. 8, Nº 1:100-113, 2013.

e seu comportamento junto ao meio ambiente de forma mais consciente. Apesar de todas estas mudanças de visão em relação à natureza, de um lado vê-se o homem tratando as questões ambientais de forma a valorizar a produtividade, respaldando a ordem política e econômica dominante, resultando assim em ações produtivas e de consumo inadequadas, tendo como consequências a deteriorização da qualidade do meio ambiente. Por outro lado, vê-se o homem tratando as questões ambientais de forma equilibrada, havendo a exploração racional dos recursos naturais, a busca de equilíbrio entre o processo de desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente. Porém, ainda assim, há muito que se lutar para que haja uma mudança efetiva.

Conforme Gonçalves (1990) é preciso insistir: o homem e natureza não são dois mundos à parte. Por um lado, cabe aos homens superarem os atuais problemas socioambientais, até porque foram criados por eles, através de suas relações sociais, por outro lado, esta posição privilegiada requer o repensar a sua dependência natural.

A difusão e utilização crescente de novos paradigmas ambientais permitem vislumbrar um ambiente mais positivo para a humanidade, onde a busca pela eficiência tecnológica, econômica e competitiva possa caminhar paralelamente com a busca de solidariedade entre as pessoas e a natureza (BRUM *et al.*, 2002).

Segundo Capra (1999, p.387), “o restabelecimento do equilíbrio e da flexibilidade em nossas economias, tecnologias e instituições sociais só será possível se for acompanhado por uma profunda mudança de valores”.

Se a sociologia reivindica que ocorra uma mudança paradigmática na sociedade ocidental da era moderna, no campo da educação reclama-se uma perspectiva integradora, superando a epistemologia moderna racionalista, mecanicista, positivista, linear, apoiada na objetividade e na racionalidade instrumental – para legitimar o conceito produzido e organizado em disciplinas isoladas – e também em princípios e valores universais (FLORIANI, 2003 *apud* SULAIMAN; TRISTÃO, 2009).

A Educação Ambiental aparece como um fenômeno social que, mais do que representar a porta-voz das ideologias ambientalistas, constitui-se na instância dinamizadora e potencializadora capaz de acelerar o processo de disseminação do pensamento ecológico no tecido social e promover a conversão para uma sociedade sustentável. Essa constatação evidencia a importância que a Educação Ambiental adquire, pois muito do destino futuro das relações entre a sociedade e a natureza passa pelo crivo da educação e seus respectivos modelos político-pedagógicos em constante disputa ideológica (LAYRARGUES, 2002).

Mas, se a Educação Ambiental se localiza na interface da Sociedade, Educação e Natureza, ela necessariamente se relaciona com outra questão

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:100-113, 2013.

simultânea à mudança ambiental: a mudança social. Até porque a Educação Ambiental, antes de tudo, é Educação. Neste sentido, mais importante do que reconhecer a complexidade temática da sociologia ambiental para analisar a Educação Ambiental é o reconhecimento de que, ao lidar com a Educação Ambiental, como objeto de estudo, necessariamente estão abordando centralmente um dos principais instrumentos de reprodução social nas sociedades modernas. Afinal, da mesma forma que o meio ambiente, através da legislação ambiental e do mercado verde, pode ser usado como barreira alfandegária não tarifária para impedir determinadas relações comerciais, evidenciando a existência de assimétricas relações de poder no mercado; a Educação Ambiental também pode ser usada como um mecanismo de reprodução das condições sociais, evidenciando a existência de assimétricas relações de poder que em última instância ilustram a existência de interesses político-ideológicos que até aceitam a mudança ambiental, mas impedem que se realize a mudança social, como podemos conferir em Layrargues (2002).

Estão surgindo indicadores de uma revolução cultural na dimensão local de organização de comunidades, escolas, grupos e movimentos sociais que buscam a construção de um novo paradigma, embora ainda com pouca visibilidade. Padrões inovadores culturais e educacionais são necessários para que grupos sociais passem a se interessar em criar novas formas de convivência e sociabilidade, que estejam em sintonia com a sustentabilidade e a integridade das futuras gerações (PADUA; SÁ, 2002).

Finalmente, ainda no que diz respeito à relação entre a Educação Ambiental e a mudança social, chama atenção um fato paradigmático presente no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovado em 1992 no Fórum Global: o Princípio nº 4, que textualmente afirma ser a Educação Ambiental um ato político, baseado em valores para a transformação social. No documento, reconhece-se a necessidade de a Educação Ambiental não ficar reduzida à relação com a mudança ambiental, mas abrir-se para a mudança social, defendendo uma posição absolutamente clara, no sentido da busca pela justiça social articulada com a proteção da natureza. Em outras palavras, a busca de uma sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa. Além desta demarcação ideológica, outro grande mérito do Tratado foi ter rompido com o dualismo entre a mudança ambiental e a mudança social como meta da Educação Ambiental. Ele reúne aquilo que nunca deveria ter sido separado (LAYRARGUES, 2002).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA SOCIEDADE ATUAL

Diante de um cenário de mudanças, de tentativas para mudar paradigmas, encontramos as palavras ditas “da moda”, o Desenvolvimento Sustentável, que seria um exemplo perfeito de interação entre natureza e sociedade.

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, ciberespaço, multimídia, internet, a educação para a cidadania

representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Nesse sentido, cabe destacar que a Educação Ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável, como menciona Jacobi (2003).

Conforme sustenta a WWF Brasil (2011), a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é aquela que é capaz de suprir as necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Conforme Jacobi (2003), existe um desafio essencial a ser enfrentado que está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável. Com isso, é preciso que se criem todas as condições necessárias para facilitar o processo, suprimindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais

Segundo Sato e Santos numa sinopse da Agenda 21 (1996, p.41),

A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades.

Retomando a WWF Brasil (2011, s/p), salienta-se que:

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

São poucos os países que atualmente estão preparados para o futuro e dispostos a mudar. Muitos governantes preocupam-se só com o momento e não com o que poderá vir a acontecer. Para que haja um desenvolvimento, depende-se essencialmente da qualidade nas ações das instituições que são a

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:100-113, 2013.

síntese das crenças da sociedade.

A Educação Ambiental deve contemplar o conhecimento científico e também os aspectos subjetivos da vida que incluem as representações sociais. Porém, a questão ambiental impõe à sociedade a busca de novas formas de pensar e de agir para suprir as necessidades humanas e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade ecológica (OLIVEIRA; OBARA; RODRIGUES, 2007).

No momento atual a sociedade deve unir-se e motivar-se para questionar os governantes sobre a falta de iniciativa em promover ações voltadas para a sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. É, neste sentido, conforme Jacobi (2003), importante a mobilização e o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação e capacitação para participar dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade.

A sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que busca superar o reducionismo e estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza (JACOBI, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo relata a interferência do homem no processo ambiental, reforçando a importância de tornar a Educação Ambiental em um tema presente no âmbito da Sociologia Ambiental e transformá-la num objeto de estudo sociológico, fornecendo e indicando rumos mais nítidos e coerentes para a função social que se deseja dar a essa prática pedagógica, permitindo o crescimento da consciência ecológica da sociedade e a busca de resultados satisfatórios.

Evidencia-se também que deveria haver um ponto de equilíbrio, quebrar paradigmas, não só no campo ambiental, mas em todas as esferas que envolvem as relações do homem com o mundo, evitando-se as concepções que possam acarretar conflitos.

Por mais que a meta da Educação Ambiental seja contribuir para a mudança ambiental, ela permanece sendo Educação e, nesse sentido, ainda é objeto de disputas ideológicas que visam manter ou alterar as condições sociais.

Em meio a esta discussão, trazem-se também as características do Desenvolvimento Sustentável, prática que só funcionará na medida em que os paradigmas forem quebrados e a sociedade se conscientizar que o futuro pode ser trágico se o mundo não tomar medidas sérias de preservação dos recursos ainda disponíveis.

Revbea, Rio Grande, V. 8, N° 1:100-113, 2013.

REFERÊNCIAS

BRUM, A.K. *et al.* Mudança de paradigma na prática de sustentabilidade. **Anais...** XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba – PR, 2002. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR21_0178.pdf>. Acesso em: 03 de Junho de 2011.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1999.

CUNHA, S. **O ambiente na sociologia**: a emergência da nova ecologia humana, 2004. Disponível em: <<http://maracuja.homeip.net/files/doc/nep.pdf>>. Acesso em: 14 de Junho de 2011.

FERREIRA, L.C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FREIRE, G.D. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1993.

FREITAS FILHO, L.G. **Proteção ambiental dos povos da antiguidade**. 2009. Disponível em: <<http://flavionogueira.wordpress.com/meio-ambiente/protecao-ambiental-dos-povos-da-antiguidade/>>. Acesso em: 12 de Junho de 2011.

GONÇALVES, C.W.P. Extensão universitária e meio ambiente: a difícil relação entre o Saber e o Fazer. **Anais** do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. Florianópolis: UFSC, 1990.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, USP, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

LAYRARGUES, P.P. Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico. 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/qt/teoria_meio_ambiente/Philippe%20Pomier%20Layrargues.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

LIMA, G.F.C.; PORTILHO, F. Sociologia ambiental: formação, dilemas e perspectivas. **Revista Teoria & Sociedade**, dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG. Belo Horizonte, n.7, junho/2001, p.241-276.

LOUREIRO, C.F. *et al.* A construção de política de educação ambiental no setor empresarial: o caso de FURNAS Centrais Elétricas S. A. **Ambiente & Educação**, vol. 15(2), 2010.

OLIVEIRA, A.L.; OBARA, A.T.; RODRIGUES, M.A. **Educação ambiental**: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vol. 6, Nº3, 471-495 (2007).

Revbea, Rio Grande, V. 8, Nº 1:100-113, 2013.

PADUA, S.M.; SÁ, L.M. O papel da educação ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade. **R. Paran. Desenv.**, Curitiba, n. 102, p.71-83, jan./jun.

RODRIGUES, J.N.; GUIMARÃES, M. Políticas públicas e educação ambiental na contemporaneidade: uma análise crítica sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). **Ambiente & Educação** | vol. 15(2) | 2010.

SATO, M.; SANTOS, J.E. **Agenda 21 em sinopse**. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, 1996. 41 p..

SULAIMAN, S.N.; TRISTÃO, V.T.V. Educação ambiental e sociologia ambiental: interlocuções com a teoria da reflexividade. **Pesquisa em Debate**, edição 11, v. 6, n. 2, jul/dez 2009.

WWF BRASIL. O que é desenvolvimento sustentável? 2011. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 24 de Novembro de 2011.